

O estado de saúde do Real

■ Gustavo Franco diz que mudanças ajudam governo a ter superávit, mas ainda não há definição sobre ritmo das desvalorizações

CLAUDIA SAFATLE

BRASÍLIA — “Estamos mudando as coisas para que tudo fique exatamente como está”, declarou o diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, ao JORNAL DO BRASIL, ontem, o primeiro dia de funcionamento da nova banda cambial. Um dia em que o mercado funcionou tranquilo, com várias intervenções do BC, mas sem sustos. Rompida a paridade cambial (um real equivaleria a um dólar), vários economistas do governo estão agora confiantes de que o superávit comercial será de no mínimo US\$ 2 bilhões este ano.

Estão também seguros de que, ao vencer o saldo negativo da balança comercial, o governo conseguirá encerrar 96 com um déficit em conta corrente equivalente a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), contra os 3% do PIB de déficit no ano passado. Discute-se, agora, que velocidade que será dada às desvalorizações da taxa de câmbio. Para Franco, contudo, esses indicadores não são tão importantes assim. “Para mim tanto faz que a balança comercial tenha um equilíbrio, um pequeno superávit ou um pequeno déficit. No ano passado, mesmo com a crise do México, acumulamos US\$ 13 bilhões de reservas cambiais”.

Não é a opinião unânime da equipe econômica. Franco sustenta que o coração do plano de estabilização não está aí. Está na política fiscal, na capacidade do setor público de equilibrar suas contas. O princípio básico é de que a desvalorização do real frente ao dólar terá que obedecer a variação da inflação interna, descontada a inflação externa, insistem assessores do ministério da fazenda. Uma conta nada trivial, na medida que envolve uma interminável discussão sobre que índice de inflação interna escolher. O diretor do BC, obviamente, não fala sobre essa variável.

“Furamos o tumor”, comemorava uma fonte oficial ontem, ao constatar que o mercado de câmbio teve um comportamento tranquilo. O Banco Central, nos diversos leilões realizados, dominou a cena. O tumor era representado pela impressão da sociedade de que a moeda nacional passaria muito tempo equiparada ao dólar. Não vai. Numa conta grosseira, tendo a inflação interna na casa dos 16% e uma inflação norte-americana por volta de 8%, soariam uns 8% para acertar a taxa de câmbio ao longo deste ano.

Seria até bom que o país pudesse acumular déficits em transações correntes nos próximos anos, pois isto representaria ingresso de dinheiro externo para financiar investimentos domésticos. Mas a história da crise do México mostrou que as coisas não funcionam bem assim. Não se pode continuar apostando só nos capitais especulativos vindos do mercado internacional. O México, por vários anos, preferiu acumular pesados rombos nas contas correntes do balanço de pagamentos e fazer a felicidade da classe média, que até o leite matinal importava dos Estados Unidos. Deu errado.

Assim, a posição crítica do ministro do Planejamento, José Serra, quanto ao câmbio e seus efeitos perversos nas contas externas, fez eco entre os demais economistas oficiais, embora a mudança na banda cambial, decretada na última terça-feira, não represente, nem de longe, uma virada da política cambial.

Ou seja, o câmbio continuará sendo âncora da estabilização econômica. Há, nesse aspecto, contudo, uma preocupação que não é nova: as exportações têm

que gerar mais receitas que os gastos realizados com as importações, para que o déficit em conta corrente possa efetivamente cair. A eventual desvalorização poderá, ainda, servir como freio ao excessivo ingresso de dólares, que só no mês de janeiro inundou a economia com quase US\$ 3 bilhões líquidos. Dinheiro que o Banco Central recolhe com a emissão de título da dívida pública, pressionando os juros e provocando um aumento dos encargos da dívida do setor público. O cachorro fica, assim, comendo o próprio rabo. Outro desafio: conter o déficit público.

Visto como um paciente, o Real apresenta sinais vitais bons. Inspira cuidados, mas não corre risco de ser levado para a UTI. Os cuidados, como disse Franco, são maiores com o coração do plano: o déficit público. A taxa de inflação está absolutamente sob controle e pode ficar nos 16% a 18% este ano. As reservas cambiais de US\$ 51 bilhões fazem inveja a qualquer presidente de Banco Central e poderiam até cair um pouco. A não ser que apareça uma outra crise cambial como a mexicana no horizonte, ou uma piora dramática da situação da Argentina, o país tem fortes chances de consolidar a estabilidade. Mas, para isso, precisa enfrentar o rombo nas finanças do setor público.

Esse é o único caminho para fortificar a moeda nacional. Obviamente, cortar a inflação para menos de 10% não é um objetivo para este ano. Mas já faz parte da agenda de preocupações dos formuladores da política econômica.

Reverter o déficit comercial de US\$ 3,1 bilhões do ano passado para um superávit na casa dos US\$ 2 bilhões este ano representa um gigantesco esforço. As exportações não têm poder de multiplicação imediata, com um agravante sobre 95: a safra agrícola não será tão generosa quanto no passado e há economistas de fora do governo prevendo importação de grãos. Paulo Yocota, ex-diretor do BC e consultor de empresas, acha que o país terá que importar cerca de 10 milhões de toneladas de grãos, sendo 7 milhões de trigo, 1,2 milhões de toneladas de arroz e cerca de 2 milhões de toneladas de milho.

O frango, que passou a frequentar a mesa dos mais pobres, ameaça aumentar. Mas isso não chega a ser problema incontrolável. O preço da cesta básica ainda está sob controle, mas deve aumentar este ano por causa da quebra da safra agrícola e da própria desvalorização cambial.

Para transformar a política fiscal em verdadeira ancoragem do Real, o governo conta com âncoras políticas. Mal ou bem, com percalços aqui e ali, os aliados, sobretudo o PFL, têm apoiado as votações mais complicadas do Congresso. O presidente da CUT, Vicentinho, passou a ser, na questão da votação da reforma da previdência social, um ponto de forte suporte para as mudanças, ainda que ténues, no sistema de aposentadoria.

Os governadores dos estados, vivendo em verdadeiro encilhamento financeiro, estão dependendo do socorro financeiro da União e, além de apoio político, chegaram a uma situação de impedimento físico para gastar. Ainda que o efetivo equacionamento do déficit público dependa das reformas da previdência e administrativa, Franco está convencido que os resultados fiscais deste ano serão melhores que os desastrosos números do ano passado. “A queda das taxas de juros associada à decisão do governo de não aumentar os salários do setor público e a disposição de só reajustar o mínimo num valor que não gere consequências, vai produzir melhoria no quadro fiscal”, garantiu o diretor do BC.

Sinais vitais



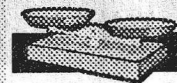
Reservas Cambiais

As reservas em dólar do país estão em alta. Pelo conceito de caixa, que é o dinheiro de que se pode dispor a qualquer momento, passaram de US\$ 25,87 bilhões, em 1993; para US\$ 36,47 bilhões, em 1994. No ano passado, atingiram a marca de US\$ 50,44 bilhões. Esse dinheiro é uma garantia para o país, mas ao mesmo tempo é remunerado pelas taxas do mercado internacional, abaixo, portanto, das do mercado interno. Reservas crescentes são uma vantagem que podem tornar-se desvantagem por conta do descasamento da remuneração do dinheiro.



Inflação

A inflação caiu de 2.708,55%, em 1993; para 1.093,89, em 1994; pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No ano passado, o mesmo índice apontou uma inflação de 14,78%. É a principal vitória do Plano Real até o momento. No início deste ano, no entanto, os índices começaram a retomar fôlego, fechando, na média, em 1,8%. Se essa taxa se mantiver, a inflação, no fim do ano, poderá ser superior a 20% este ano, ainda assim muito baixa e estável.



Balança Comercial

O país chegou a acumular supéravit na balança comercial em 1993 e 1994, mas fechou o ano passado com déficit superior a US\$ 3 bilhões. Resultado da política de abertura, do aumento de importações que ajudou a conter a alta dos preços. Com medidas como essas e por falta de reservas o México foi à bancarrota. Por isso, os resultados começaram a preocupar o governo. Para exportadores, o real valer mais que o dólar contribuiu para o déficit. A mudança é comemorada por eles e, agora, preocupa os importadores.

AS ÂNCORAS



ACM e PFL, a política

Contra toda a sua biografia, Fernando Henrique Cardoso aliou-se ao PFL e a Antônio Carlos Magalhães com um objetivo jamais entendido pelas esquerdas: garantir a governabilidade em seu mandato. Com o PFL e com ACM, o presidente obteve no Congresso as maiores vitórias, e na vida real as maiores dores de cabeça. A crise do Banco Econômico trincou a aliança, mas serviu também para mostrar que o Real depende dela tanto quanto a sobrevivência dos aliados depende do Real.



Frango, o marketing

Numa experiência econômica que adotou como regra a asfixia da classe média e ofereceu por gravidade a melhoria dos salários mais baixos, o maior vitorioso não foi, até agora, a classe trabalhadora, atingida por índices mais elevados de desemprego, mas um produto que caiu quase de graça em seu prato: o frango. A pouco mais de 80 centavos por quilo, virou símbolo do Real e do governo. Os produtores querem destruir esse emblema, aumentando o preço do frango em 20% no atacado.



Vicentinho, a previdência

Durante a desastrosa greve dos petroleiros no ano passado, o governo Fernando Henrique pisoteou e humilhou o principal dirigente sindical do país, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT. Agora, o falso incendiário de anteontem é tratado com tapete vermelho em Brasília. Fernando Henrique precisa dele para fazer passar no Congresso um dos pilares do Real, a reforma da Previdência. O futuro de Fernando Henrique, de Vicentinho e do Real dependem dessa cartada.